

ANTIGO SECRETÁRIO-ADJUNTO PROFERE PALESTRA NA UM A 13 DE ABRIL

António Vitorino vem falar Europa pós-Tratado de Lisboa

Á o orador principal de mais um seminário do ciclo Jean Monnet, a realizar no dia 13 de Abril na Universidade de Macau. O antigo secretário-adjunto do Governo de Macau vai falar do Tratado de Lisboa e do papel da Europa no Mundo

al na RAEM, Manuel Cansado de
ado “uma apresentação sobre uma
agora se sabe que António Vitorino
Macau (UM) no dia 13 de Abril, no
minários da Faculdade de Direito, e
abrangente: “O papel da Europa no
Lisboa: uma visão Portuguesa”. A
endado para as 18:30, no auditório
M.

onhecido o convite estendido pelo
ndeu que a conferência seria “um
quecedor para a presença portuguesa
e António Vitorino “é uma presença
portuguesa contemporânea, com um
mo relevo” sublinhando ainda a li-
ssário europeu com a RAEM já que
o foi secretário-adjunto do Governo
o de administração portuguesa, nos

os por Paulo Canelas de Castro, co-
nários da UM, que também destaca
n Portugal, “vice-Primeiro-Ministro,
onal e deputado”e, na Europa, “co-
ro do Parlamento Europeu”. Como
el “trata-se também de um seminá-
promoção da língua portuguesa, a
guês, disponibilizando-se tradução
inês”.



Num mundo cada vez mais global, os europeus assümem preocupações que passam pelas alterações climáticas, pela multiplicação dos seus parceiros comerciais e pela procura de alternativas energéticas.

vemos nestes dois anos, Há que reconstruir a economia europeia e, para isso, é fundamental que haja uma regulação dos mercados financeiros à escala global, e que para essa regulação contribuam os Estados Unidos, a União Europeia e designadamente a China e os países do G20, sem os quais não haverá um mundo mais justo, que é aquele em que queremos viver", analisa

Com uma Europa mais complexa do que há uma mão-cheia de anos, com uma população maior e mais diversificada, que acarreta outros problemas de gestão, mas também "muito mais pujante", António Vitorino vê no Tratado de Lisboa uma hipótese de maior liderança da UE no contexto internacional, bem como a possibilidade de maior eficácia na relação com países e territórios terceiros.

"Vai ser desenvolvido um novo sistema de representação externa baseado num serviço europeu de acção comum exterior, que vai envolver mais de 8000 diplomatas que estarão à frente de delegações da UE em países e regiões terceiros, que será o caso de Macau. Espero que a melhoria da

"É preciso reconhecer que o modo especial de vida de Macau, protegido e garantido pela Declaração Conjunta, subsiste hoje, dez anos depois da transferência de Macau."

capacidade de resposta da UE se traduza numa aproximação mais eficaz da UE a outros países e também a outras regiões", disse. Macau incluída.

Nesta região administrativa, "existe uma consciência da especial ligação que Macau pode ter com a Europa", sente António Vitorino. "Essa consciência resulta não apenas do passado e da presença portuguesa ainda hoje aqui, mas também do interesse da própria China. E essa consciência europeia é talvez o instrumento mais importante para que haja uma boa ligação entre Macau e a UE."

Acompanhamento e respeito

Portugal e Macau voltam a ser tema da conversa, a efeméride é demasiado forte e Vitorino também representa

passado do território. O antigo secretário-adjunto não ficou surpreendido com a actual presença portuguesa que veio encontrar e a razão é simples: "Um dos pontos essenciais da Declaração Conjunta foi que estariam garantidas as características do especial modo de vida de Macau. E sempre se identificou como especial modo um conjunto de características que resultam da presença portuguesa em Macau - não apenas a língua oficial, mas também do ponto de vista da preservação do património arquitectónico, o estatuto da Igreja Católica, e creio que essas características estão ainda presentes nessa vida de Macau".

Quanto ao facto de Portugal não se pronunciar de forma pública e oficial sobre a manutenção dos princípios acordados por via da celebração do acordo supranacional de 1987, nomeadamente sobre a manutenção da matriz do direito, António Vitorino acha que tal não se justifica. "O compromisso que existe é que haja um sistema jurídico de matriz portuguesa em Macau mas é o sistema de Macau, não é o sistema português." A responsabilidade

"Não houve espaço para recados, nem mensagens, só para um saudável convívio pessoal. Essa é também uma matriz da presença portuguesa em Macau: uma dimensão humana que nada apagará."

está nas mãos da RAEM e há que a respeitar "escrupulosamente".

"Continuamos a acompanhar a situação de Macau com toda a atenção, mas com o maior respeito pela autonomia dos órgãos da região", vinca. "O que há de mágico nesta solução é que, tendo deixado uma matriz, ela desenvolve-se pelos seus méritos próprios em função dos interesses da população de Macau e sob a responsabilidade que as populações de Macau escolheram", apontou o responsável pela criação do curso de Direito da UMAC.

Vitorino veio na sua condição de académico e não de político. Manteve encontros em Macau com pessoas que conheceu durante a sua permanência no território



e que "exercem hoje cargos importantes". Mas foi um encontro entre amigos, pelo que não divulgou nomes, nem ideias trocadas. "Não houve espaço para recados,

nem mensagens, só para um saudável convívio pessoal. Essa é também uma matriz da presença portuguesa em Macau: uma dimensão humana que nada apagará."



Vitorino | Posição sobre candidatura de Alegre “não deve demorar”

O dirigente socialista António Vitorino admitiu ontem que uma posição do PS relativamente à candidatura presidencial de Manuel Alegre “não deverá demorar”, “seja ela de apoio ou outra”. “Há vários meses tinha dito que não deverá demorar uma tomada de posição [sobre a candidatura de Alegre], seja ela de apoio ou outra. Não é só essa que pode estar em cima da mesa”, disse, em declarações aos jornalistas em Macau à margem de uma conferência que conduziu sobre a Europa. Na ocasião, António Vitorino disse ainda esperar que a nova liderança do PSD possa criar uma base de diálogo com o Governo na adoção de medidas de combate ao desemprego e pobreza.

António Vitorino esteve ontem no território para conferência na UMAC

O melhor é mesmo o que não mudou

Já cá não vinha há dez anos mas não é homem que se deixe deslumbrar pela altura dos edifícios, nem tão-pouco pelos néons que fazem agora parte da nova composição gráfica de Macau. Ex-secretário adjunto para a Administração e Justiça do território, membro do grupo que negociou a Declaração Conjunta, António Vitorino mostra-se satisfeito por aquilo que não mudou. Que é como quem diz, pelo acordo que se tem vindo a cumprir.

"Escrupulosamente."

Isabel Castro

Não veio à RAEM ao abrigo de qualquer cargo público, mas sim como convidado do Consulado Geral de Portugal e da Universidade de Macau, onde esteve ontem para uma palestra sobre o papel da Europa no Mundo após o Tratado de Lisboa. No entanto, não deixou de fazer a sua avaliação do estado do território, no dia em que se cumpriram 23 anos da assinatura da Declaração Conjunta Sino-Portuguesa sobre a Questão de Macau. Em 17 minutos de conversa com os jornalistas, houve também tempo para falar da União Europeia, de Portugal, da China. Do passado e do presente.

A data que ontem se assinalou, número que não é redondo, faz António Vitorino recordar os tempos em que a sua vida se desenhava a Oriente. "Nesse dia estava aqui em Macau. Recordo-me que havia muitas dúvidas e perguntas sobre como iria ser o futuro", começou por



lembrar.

"Houve sempre dois princípios que nortearam a posição portuguesa nessa matéria: o primeiro era

de que tudo correria bem se houvesse confiança entre as partes. E o segundo requisito era de que a solução a encontrar, desde logo na Declaração e depois na Lei Básica, fosse confortável para as populações de Macau, porque o interesse comum de Portugal e da China era o de garantir que a RAEM tivesse a sua autonomia e respeitasse os direitos e aspirações das populações de Macau."

O antigo secretário-adjunto para a Administração e Justiça - de 1986 a 1987 - e também membro do Grupo de Ligação Conjunto (até 1989) admite que a RAEM está longe de ser aquilo que um dia se imaginou. O que não é negativo, bem antes pelo contrário.

"É evidente que a imaginação não chega tão longe e hoje a realidade de Macau é muito mais pujante do que era há 23 anos." Mas, ressalva, houve um período que mediou a assinatura da Declaração Conjunta e a transferência de administração em que se trabalhou para que houvesse confiança no futuro. "É por isso que existe esta pujança econó-

"Mais do que as torres muito elevadas ou luzes de néon - confesso que isso não me impressiona muito -, o que mais me impressiona é verificar que as várias comunidades que compunham o território sob administração portuguesa continuam hoje na RAEM."

mica em Macau", entende.

A Macau que veio encontrar, dez anos depois de ter participado na cerimónia de transferência, apresenta grandes "contrastes físicos". Mas "mais do que as torres muito elevadas ou luzes de néon - confesso que isso não me impressiona muito -, o que mais me impressiona é verificar que as várias comunidades que compunham o território sob administração portuguesa continuam hoje na RAEM", observou. E há mais: "Que os direitos dessas comunidades na sua pluralidade e

na sua diversidade cultural, étnica, linguística e religiosa, são respeitados. E que Macau é uma cidade aberta, é uma cidade cosmopolita."

Vitorino esteve pouco mais de 24 horas em Macau mas diz-se muito atento, até pelas ligações que cá deixou dos tempos em que integrava o elenco governativo local. Um acompanhamento feito à distância, mas que lhe permite afirmar, sem qualquer hesitação, que "é preciso reconhecer que o modo especial de vida de Macau, protegido e garantido pela Declaração Conjunta, subsiste hoje, dez anos depois da transferência de Macau".

Europa mais eficaz


O antigo comissário da União Europeia (UE) integra o grupo dos que pensam que as ligações económicas da Europa à China, Hong Kong e Macau servem de base, mas que a cultura não deve ser menosprezada. "O objectivo não é apenas comercial, ou até sequer económico, tem de ser também cultural. Há muito diálogo cultural aqui em Macau - as pedras, as ruas, os recantos,

falam-nos desse encontro de culturas -, culturas diferentes mas que se respeitam. Nesse sentido, Macau tem uma posição única", defende. E tal acontece devido ao "passado histórico rico" que faz com que agora seja a ponte entre a China e a lusofonia, que "tem hoje uma pujança e uma projecção internacional que não tinha há 20 anos". O Brasil mudou, Timor-Leste alcançou a independência, Portugal está hoje mais próximo dos países africanos de língua oficial portuguesa, "Macau pode ser uma placa giratória desse diálogo, que é económico, sem dúvida alguma, mas que é também um diálogo cultural."

À pergunta 'Macau desapepareceu da política portuguesa?', António Vitorino não responde directamente. Não diz que não, mas dá a entender o contrário, ao afirmar que "Macau está presente na política portuguesa como um dos elementos fundamentais dos interesses que Portugal tem da sua afirmação no mundo". Portugal está na UE, frisa, "estabelece uma linha de integração clara e inequívoca, mas ao mesmo tempo nunca descuidra as relações com o mundo lusófono". Neste mundo cabem "as comunidades de língua portuguesa que estão em Macau", afiança.

Ainda sobre as relações entre a China e a UE, António Vitorino só vê vantagens da relação "sólida e bilateral" da Europa unida com "a região Ásia Pacífico, em geral, e com a China, em particular, porque na próxima década esta área vai ser, sem dúvida alguma, a de mais pujante crescimento económico à escala global". Se a União Europeia quer estar neste desenvolvimento económico, tem de estar no sítio certo. Ou seja, por aqui.

"A Europa está a crescer pouco economicamente e conhece um problema estrutural que é um desemprego de dois dígitos. Isso é consequência da grande recessão económica que vi-



澳門大學
UNIVERSIDADE DE MACAU

ANÚNCIO

Faz-se público que, de acordo com o despacho de 1 de Abril de 2010, do Exm.º Senhor Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura, se encontra aberto o concurso público para a prestação de serviços de gestão dos dormitórios de estudantes da Universidade de Macau localizados dentro e fora do campus, no período de 1 de Agosto de 2010 a 31 de Julho de 2012.

O programa do concurso e o caderno de encargos, fornecidos ao preço de MOP100,00 (cem patacas) por exemplar, encontram-se à disposição dos interessados, a partir do dia 14 de Abril de 2010, nos dias úteis, das 9,00 às 13,00 horas e das 14,30 às 17,30 horas, na Secção de Aprovisionamento, sita no Edifício Administrativo, 2º andar, Sala A201 da Universidade de Macau.

A fim de compreender os pormenores dos serviços do concurso, cada concorrente poderá destacar três elementos, no máximo, para comparecerem na sessão de esclarecimento e inspecção no local. A sessão de esclarecimento decorrerá no dia 16 de Abril de 2010, às 11,00 horas, no Edifício do Jubileu de Prata, cave-3º piso, Sala JLG301, da Universidade de Macau, sendo a inspecção do local efectuada no mesmo dia, após a sessão de esclarecimento.

O prazo de entrega das propostas termina às 17,30 horas do dia 3 de Maio de 2010. Os concorrentes ou os seus representantes devem entregar as respectivas propostas e documentos à Secção de Aprovisionamento da Universidade de Macau, e prestar uma caução provisória no valor de MOP114,000,00 (cento e catorze mil patacas) feita em numerário ou mediante ordem de caixa, garantia bancária ou seguro de caução a favor da Universidade de Macau.

A abertura das propostas realizar-se-á às 10,00 horas do dia 4 de Maio de 2010, no Edifício Administrativo, 2º andar, Sala A204 da Universidade de Macau.

Universidade de Macau, aos 8 de Abril de 2010.

O Vice-Reitor, Lai Iat Long

"A realidade de Macau é muito mais pujante do que há 23 anos"

LOCAL

"É preciso reconhecer que o modo especial de vida de Macau subsiste hoje"

"Fico muito orgulhoso de ter dado um pequeno contributo para esta matriz de origem portuguesa"

ANTÓNIO VITORINO DE REGRESSO A MACAU

Respeito pelas comunidades "homenageia" Deng Xiaoping

Não foi esta Macau que imaginou aquando das negociações, que culminaram na assinatura da Declaração Conjunta, há 23 anos. A imaginação, diz António Vitorino, "não chega tão longe". Para o antigo Secretário Adjunto para a Administração e Justiça, o facto dos direitos das diferentes comunidades na sua diversidade cultural, étnica, linguística ou religiosa serem respeitados "é a melhor homenagem" que se pode prestar aos negociadores da Declaração Conjunta ao projecto que Deng Xiaoping designou de "Um País, Dois Sistemas"

DIANA DO MAR

Para quem participou no Grupo de Ligação Conjunto luso-chinês, como é que olha, 23 anos depois, para o documento que, de certa forma, começou a definir o que é hoje Macau?

- São 23 anos após a assinatura da Declaração Conjunta luso-chinesa sobre o futuro de Macau e, nesse dia, estava aqui. Havia muitas dúvidas e perguntas sobre como iria ser o futuro e houve sempre dois princípios, que nortearam a posição portuguesa. O primeiro era de que tudo correria bem se houvesse confiança entre as partes, se entre Portugal e a China se estabelecesse um clima de entendimento e de confiança mútua para garantir a estabilidade do território. O segundo requisito era de que a solução a ser encontrada - desde logo na Declaração Conjunta e depois na Lei Básica - fosse confortável para a população, porque o interesse comum era o de garantir que a RAEM tivesse a sua autonomia e respeitasse os direitos e aspirações das populações de Macau.

- Foi este o território que os negociadores pensaram?
- (risos) Não. É evidente que

a imaginação não chega tão longe. Hoje a realidade de Macau é muito mais pujante do que era sobretudo a que esteve na base da negociação da Declaração Conjunta. É importante reconhecer que quando foi assinada deu origem a um período de transição, em que quer Portugal, quer a China se empenharam em criar as condições para a transferência e, para que hoje, essa administração fosse assumida pelas populações de Macau e pelos seus legítimos representantes. É por isso que existe esta pujança económica hoje em Macau.

- Neste regresso, que mudanças destacaria ao nível do desenvolvimento?

- O contraste maior é físico. Macau cresceu desse ponto de vista. Mas o que é muito reconfortante, mais do que as torres elevadas e as luzes de 'neón' - que confesso que não me impressionam muito - é verificar que as várias comunidades que compunham o território sob administração portuguesa continuam hoje na RAEM. Que os direitos dessas comunidades na sua pluralidade e na sua diversidade cultural, étnica, linguística e religiosa são respeitados e que Macau é uma cidade aberta. É uma cidade cosmopolita. Essa é a melhor homenagem aos negociadores da Declaração Conjunta e ao projecto que Deng Xiaoping definiu de 'um País, dois Sistemas' para que, durante 50 anos, Macau e Hong Kong tivessem um sistema que permanecesse basicamente inalterado. É preciso reconhecer que o modo especial de vida de Macau subsiste hoje, 10 anos depois da transferência.

- Muito se tem falado da relação entre Macau e Hong Kong, com a União Europeia (UE) e a China, que passam muito pelos interesses comerciais. Está de acordo com os que defendem que as relações têm de começar a ser de outro nível?

- O objectivo não é apenas comercial ou económico tem de ser também cultural. Há muito de diálogo cultural em Macau. As pedras, as ruas, os recantos falam-nos desse encontro de culturas. Macau tem uma posição única porque é uma região que tem um passado histórico rico, que lhe permite ser a ponte entre a Grande China e o mundo de expressão lusófona, que tem uma pujança e uma projecção internacional que não tinha há 20



anos. Basta pensar no papel do Brasil na cena internacional ou no facto de Timor-Leste ter accedido à independência. Macau pode ser uma placa giratória desse diálogo que é económico - sem dúvida alguma e é importante -, mas que é também cultural.

- Macau desapareceu da política portuguesa?

- Macau está presente como um dos elementos fundamentais dos interesses que Portugal tem da sua afirmação no mundo. Portugal está na UE e estabelece uma linha de integração clara e inequívoca mas, ao mesmo tempo, nunca descure as relações com o mundo lusófono. Esse mundo lusófono inclui indubitavelmente as comunidades de língua portuguesa que estão em Macau.

- A actual presença portuguesa surpreende-o?

- Não. Um dos pontos essenciais da negociação da Declaração Conjunta foi o de que estariam garantidas as características do especial modo de vida de Macau. E sempre se identificou nesse especial modo de vida a existência de um conjunto de características, que resultam da presença portuguesa. Não apenas [ao nível da] língua oficial, mas também do ponto de vista da preservação do património arquitectónico, do estatuto da Igreja católica e, portanto, creio que essas características estão ainda hoje presentes.

- Como é que Portugal e a UE poderão potenciar as relações com Macau e a China?

- É estratégico para a UE ter uma relação sólida bilateral com a região da Ásia-Pacífico em geral e com a China, em particular, porque sem dúvida alguma que na próxima década esta vai ser a

"Em Macau existe uma consciência da especial ligação que pode ter com a Europa"

área de mais pujante crescimento económico à escala global. Se a UE quer ter um papel no mundo, protagonismo e estar presente nos grandes centros de desenvolvimento económico tem - no seu próprio interesse económico - de estar na Ásia e desenvolver uma relação com a China. E, para essa relação, Macau e Hong Kong podem ter um contributo a dar.

- Com o Tratado de Lisboa, a UE passa a falar a uma só voz em termos de política externa. Que implicações pode ter esta mudança para Macau em termos de cooperação económica ou comercial?

- Um dos grandes objectivos do Tratado de Lisboa é garantir que a UE seja mais eficaz na sua relação com países terceiros. E, nesse sentido, vai ser desenvolvido um novo sistema de representação externa baseado num serviço europeu de acção comum exterior, envolvendo mais de oito mil diplomatas. Espero que a melhoria da capacidade de resposta da UE se traduza numa aproximação mais eficaz a outros países e regiões, designadamente a Macau. Em Macau, existe uma consciência da especial ligação que pode ter com a Europa. Essa consciência resulta não apenas da presença portuguesa no passado e no presente, mas também do interesse da própria China. Essa consciência europeia é talvez o instrumento mais importante para que haja uma boa ligação entre Macau e a UE.

- Uma das questões estabe-

lecidas na Declaração Conjunta tem que ver com a manutenção do sistema jurídico. Até que ponto Portugal e a UE acompanham essa manutenção? Qual é a ideia que tem sobre o facto de não haver pelo menos uma tomada de posição pública de Portugal em relação a esta matéria?

- Não se justificaria, O compromisso que existe é de que haja uma sistema jurídico de matriz portuguesa em Macau, mas é o sistema de Macau. Esse sistema jurídico traduzido na Lei Básica - que é uma lei da RPC - e a responsabilidade hoje é das autoridades da RAEM. Essa é uma regra fundamental. O sistema tem origem e matriz portuguesa, mas há que respeitar escrupulosamente a autonomia das autoridades da RAEM e que esse sistema jurídico tenha um desenvolvimento próprio adaptado às realidades de Macau e, portanto, fico muito orgulhoso de ter dado um pequeno contributo para que essa matriz de origem portuguesa esteja presente.

- De qualquer modo, estamos perante um tratado supranacional do qual Portugal faz parte. O que sentimos é alguma falta de atenção por parte das autoridades portuguesas. Portugal tem de continuar a estar atento?

- A Declaração Conjunta é um tratado internacional vincula duas partes e, do ponto de vista jurídico, o mais importante foi a Lei Básica. Continuamos a acompanhar a evolução de Macau com toda a atenção, mas com o maior respeito pela autonomia dos órgãos da região. O que há de mágico nesta solução é que, tendo deixado uma matriz, ela desenvolve-se pelos seus méritos próprios em função dos interesses das populações de Macau.

- Como é que continua a acompanhar Macau?

- Naturalmente através de amigos, através de ligações pessoais que mantive da minha presença no território, através da imprensa e da minha vinda cá, desta feita, na medida em que, na última vez que cá estive, foi há 10 anos para representar a Comissão Europeia na cerimónia de transferência e, desta vez, venho sem qualquer cargo público apenas como académico.

- Manterá algum contacto com as autoridades locais?

- Sim.
- Com quem? Em que sentido?

- (Risos). São apenas pessoas que conheci durante a minha permanência cá, que exercem hoje cargos importantes no território e que quiseram ter a gentileza de reencontrar um amigo. Portanto, não houve espaço nem para recados, nem para mensagens, mas para um saudável convívio pessoal. Essa é também uma matriz da presença portuguesa em Macau, uma dimensão humana que nada apagará.

Posição do PS sobre candidatura de Alegre "não deve demorar"

António Vitorino admitiu ontem que uma posição do PS relativamente à candidatura presidencial de Manuel Alegre "não deverá demorar". "Há vários meses tinha dito que não deverá demorar uma tomada de posição, seja ela de apoio ou outra. Não é só essa que pode estar em cima da mesa", afirmou o socialista, à margem de uma conferência que conduziu sobre o Tratado de Lisboa, na Universidade de Macau, que contou com casa cheia, entre alunos, docentes ou simplesmente interessados. **D.M.**



JEAN MONNET SEMINAR

The role of Europe in the World after the Treaty of Lisbon: a Portuguese vision

13th April 2010 - 18:30

STDM Auditorium, University of Macau Library



Speaker: Professor António Vitorino

*Former European Commissioner and Member of the European Parliament;
Former Vice Prime Minister and Judge of the Constitutional Court of Portugal;
Professor of Law, Lawyer, Director of European "think tank."*



Contact:

00853 93974764



大批師生參加講座

學者建議

以新訊息科技提高執法效率

【特訊】澳門大學法學院與葡萄牙駐港澳總領事館昨日合辦法學碩士系列講座，邀請前葡萄牙副總理兼歐洲智庫研究機構主任António Vitorino以葡萄牙觀點，探討里斯本條約生效後，歐洲在世界中的角色。針對澳門法律問題，他建議執法部門使用新訊息科技，同時考慮以不同方式解決爭端，如雙方和解或調解等，使執行法律時更具效率。

講座昨日下午六時半於澳大圖書館STDM演講廳舉行，吸引大批師生參加。主講者Antonio Vitorino現職歐洲智庫研究機構主任、法學教授及律師；他亦曾任葡萄牙副總理、憲法法院法官、歐洲委員會專員及歐洲議會議員。他受訪時表示，澳門回歸十年以來，經濟繁榮昌盛，體現了「50年不變」的管治模式得到尊重。澳門同時成為葡萄牙及其他葡語國家的交流平台，促進彼此的政治、經濟和文化交流。

針對澳門法律問題，António Vitorino建議法院、檢察院及其他執法部門加強使用新訊息科技；至於處理爭端時，可考慮以不同方式解決，如雙方和解或調解等，使執行法律時更具效率。

而昨日講座主要是以葡萄牙角度探討《里斯本條約》於去年12月1日生效後，歐洲在世界中的角色。

